

1.7 A Água e o Parque das Ocupações: Belo Horizonte (Brasil)

Luciana Souza Bragança [0000-0001-5707-624X], Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, Brasil. lubraganca@gmail.com

Marcela Silvano Brandão Lopes [0000-0002-5248-5957], UFMG, Escola de Arquitetura. marcelasbl.arq@gmail.com

Gabriela de Barros Grossi [0000-0001-9138-3307], UFMG, Escola de Arquitetura. gabrielabgrossi@gmail.com

Aluska de Farias Pereira [0000-0003-1681-1900], UFMG, Escola de Arquitetura. aluskapereira@ufmg.br

Resumo - Este capítulo aborda o trabalho de construção do projeto Parque das Ocupações, desenvolvido junto à comunidade das ocupações autoconstruídas do Barreiro, um bairro a montante da bacia hidrográfica do Ribeirão Arrudas, em um de seus afluentes ainda aberto na cidade de Belo Horizonte. Tal projeto está sendo desenvolvido pelo Programa de Extensão Natureza Política da Escola de Arquitetura da UFMG, com a contribuição de duas pesquisas - Jardins Possíveis e Resíduos Sólidos, e de disciplinas da graduação. A água e a bacia hidrográfica estruturam o entendimento do território, bem como a ideia de que o parque como instrumento político dá suporte ao projeto urbanístico e paisagístico. A metodologia adotada parte do reconhecimento das ações em curso no território, no intuito de unir as pautas ambientais e pela moradia, com fortalecimento mútuo.

Palavras-chave – Ciência cidadã, natureza política, conflitos socioambientais, r-existência.

Resumen - Este capítulo tratará del trabajo de construcción del proyecto “Parque das Ocupações”, desarrollado junto a la comunidad de ocupaciones autoconstruídas en Barreiro, un barrio río arriba de la cuenca hidrográfica del Ribeirão Arrudas, en uno de sus afluentes todavía abierto en la ciudad de Belo Horizonte. Ese proyecto se está desarrollando como parte del Programa de Extensión “Natureza Política” de la Escuela de Arquitectura de UFMG, con contribuciones de dos investigaciones- Jardins Possíveis y Resíduos Sólidos - y de asignaturas del grado de Arquitectura y Urbanismo. Así como el agua y la cuenca hidrográfica estructuran el entendimiento del territorio, la idea del parque como instrumento político argumenta el proyecto urbanístico pai-

sajístico. La metodología adoptada parte del reconocimiento de las acciones en curso en el territorio en el intento de vincular las pautas ambientales y por la vivienda, con un fortalecimiento mutuo.

Palabras clave – ciencia cidadana, natureza política, conflitos socioambientales, r-existencia

1. INTRODUÇÃO

Este capítulo vai abordar o trabalho de construção, tanto do imaginário quanto do espaço, de um parque urbano chamado Parque das Ocupações, inserido às margens de um córrego ainda em leito natural. O trabalho foi desenvolvido pelo Programa de Extensão¹ Natureza Política² - Programa vinculado ao grupo de Pesquisa Indisciplinar³ -, sediado na Escola de Arquitetura da UFMG, junto às ocupações urbanas autoconstruídas do Barreiro, um bairro a montante da bacia hidrográfica do Ribeirão Arrudas, em um de seus afluentes, na Sub-bacia do Córrego Jatobá, na cidade de Belo Horizonte, Brasil (Figura 1). Trata-se de um trabalho desenvolvido com contribuição de duas pesquisas - Jardins Possíveis e Resíduos Sólidos nas Ocupações Urbanas, com o pressuposto de que a água e a bacia hidrográfica estruturam o entendimento do território, e, por isso, a ideia de um parque em uma área sob conflito socioambiental pode funcionar como instrumento político e como suporte ao projeto urbanístico e paisagístico. Desse modo, a metodologia adotada pela equipe do Natureza Política parte do reconhecimento das ações em curso no território, no intuito de unir as pautas ambientais e pela moradia, com fortalecimento mútuo.

142

Para o entendimento da questão ambiental e das moradias no contexto brasileiro que influenciam diretamente o Parque, é importante dizer que o direito à moradia, garantido constitucionalmente, ainda tem um longo caminho a ser percorrido para sua efetivação no Brasil. A situação ambiental no país também não é totalmente institucionalizada nas políticas públicas urbanas e há uma desconsideração desses elementos no planejamento de nossas cidades. Com os processos de urbanização do Brasil e seus impactos no meio ambiente, bem como as preocupações mundiais com os impactos das ações humanas sobre o clima e sobre as águas, surgem no país também proposições de uma política ambiental numa escala ampliada. A partir da década de 1930 e principalmente de 1980,

¹ A extensão universitária, no Brasil, parte da lógica constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e, portanto, “é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade” (Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - XXVIII Encontro Nacional 2010). Diante desse princípio, o papel da academia, e mais especificamente da extensão, não é apenas transferir conhecimento para a população em geral, mas principalmente promover a curiosidade epistemológica e fazer circular a crítica e a criatividade, como propõe Paulo Freire (Freire, 1996: 13).

² Para mais informações sobre o Programa de Extensão Natureza Política, acessar: <http://naturezapolitica.indisciplinar.com>

³ Para mais informações sobre o grupo de pesquisa indisciplinar, acessar: https://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=P%C3%A1gina_principal

são constituídos aparatos legais como instrumentos de mitigação e moderação das ações humanas. Tais ações na escala nacional estão contempladas sobretudo pela política e pela legislação ambiental.

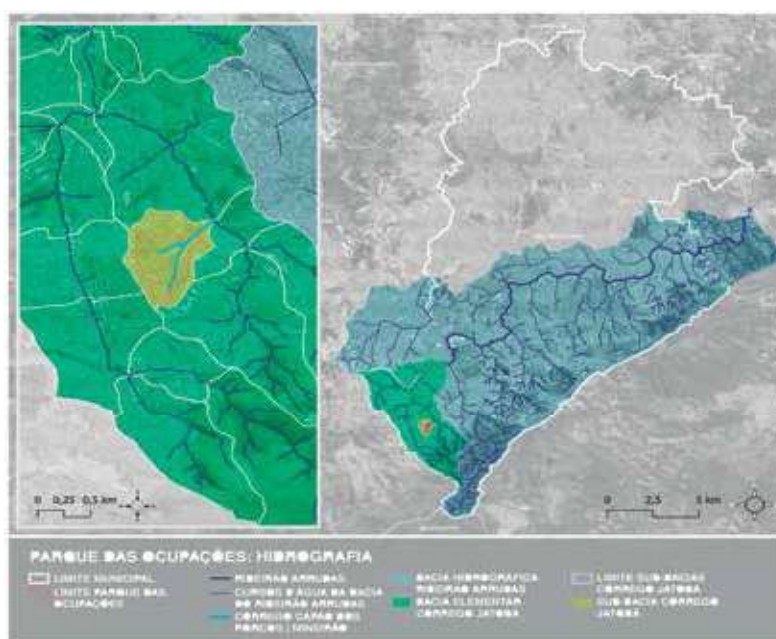


Figura 1: Mapa das Bacias Hidrográficas com destaque à Sub-bacia Córrego do Jatobá. Fonte: Produzido pelo Programa de Extensão Natureza Política/UFMG a partir de bases do Programa Geoprocessamento Corporativo - PRODABEL BHMMap 2021.

Na formação do território brasileiro, segundo Santos (1993), predomina a história de um povo agrícola até o início do século XVIII. É a partir do século XIX que a cidade realmente se desenvolve e somente no século XX que a urbanização⁴ adquire as características que conhecemos hoje. As cidades surgem baseadas na expansão da agricultura comercial e da mineração e, posteriormente, na industrialização.

A paisagem urbana brasileira se reconfigura pela verticalização e pelo surgimento de favelas e ocupações em áreas ambientalmente frágeis, que se intensificam a partir da década de 1990 até hoje. A falta de alternativa habitacional para as populações mais vulneráveis é uma das questões que pressionam as áreas de interesse ambiental nas cidades brasileiras. Quando não há outras possibilidades habitacionais, essas populações se deslocam para áreas de risco ou áreas verdes preservadas em meio urbano, criando um conflito que antagoniza os

⁴ A urbanização a qual o autor se refere é a urbanização moderna advinda da industrialização e que com ela se confunde.

não-humanos e os humanos⁵, que são esquecidos nas políticas públicas (Bragança, 2021). A urbanização predatória, colonialista, que privilegia o capital imobiliário e que de fato amplia problemas ambientais e habitacionais, não é colocada em questão. Abre-se assim um precedente para o “racismo ambiental” (Costa, 2008), que condena como antiecológicas as ocupações em áreas ambientais e coloca em lados opostos possíveis aliados naturais esquecidos nas propostas modernizadoras das cidades⁶.

Na segunda metade do século XX, a indústria automobilística também reconfigurou os espaços das cidades brasileiras com a priorização dos transportes particulares. A cidade dominada pelos interesses do capital imobiliário sofre com uma urbanização higienista, que não considera os processos biofísicos no saneamento e na regulação do solo, priorizando as vias de transporte automotor e a modificação dos ciclos hidrológicos dos rios. Na tentativa de exercer um controle desses elementos da bacia hidrográfica, surgem a retificação, a canalização e o tamponamento dos cursos d’água, e a construção de vias nos leitos de inundação (Herzog, 2013). O Planejamento Urbano por Bacias Hidrográficas, embora seja tecnicamente reconhecido em meio acadêmico como primordial para urbanização, não figura como um instrumento real de planejamento em muitas cidades brasileiras, nem tão pouco em Belo Horizonte.

Tal forma de ação, “combinada ao uso principal do asfalto como pavimentação causam impactos e problemas como as inundações frequentes, deslizamentos de terra, destruição de moradias” (Bragança, 2021: 78). Para resolver tais impactos novamente “se faz uso de técnicas ainda mais afastadas dos ciclos naturais com a utilização de grandes obras de macrodrenagem”. Os ciclos hidrológicos e os rios, principalmente os urbanos:

(...) são objetos constantes de subjugação pela urbanização brasileira, que exigem cada vez mais força e poder para serem controlados. A opção por grandes bacias de detenção e retenção em detrimento da microdrenagem em Belo Horizonte é um exemplo claro desse problema. (Bragança, 2021: 78).

Nesse sentido, as relações cotidianas e ações realizadas pelas pessoas em suas casas⁷ ou a implantação extensiva de jardins públicos, não são protagonistas nas políticas públicas de gestão da água. Essa escolha pela macrodrenagem gera obras bem mais onerosas para o poder público e mais impactantes no cotidiano dos moradores das cidades.

⁵ A distinção entre humanos e não-humanos é inicialmente dada pelo autor Bruno Latour (1994) em “Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica”. Todavia, é relevante entender que, como coloca Bispo dos Santos (2015) em “Colonização, Quilombos, Modos e Significações”, há humanos que estão mais do lado das coisas que dos humanos. Essa diferenciação se dá tanto pela situação econômica e social quanto pela cosmovisão dos envolvidos.

⁶ Essa discussão vem sendo desenvolvida pelo Programa de Extensão Natureza Política onde as pautas da preservação ambiental e da moradia são colocadas como aliadas, não sem conflitos, por uma cidade mais justa.

⁷ A manutenção de jardins nas casas particulares, somada à presença de jardins públicos, têm, em conjunto, grande contribuição nas redes de microdrenagem urbana. Somados também a essa permeabilidade, os conjuntos de vegetação que esses espaços possuem, no qual as raízes facilitam a infiltração e diminuem a velocidade de percolação superficial da água, são importantíssimos tanto para a manutenção das bacias hidrográficas quanto para a valorização de uma cultura mais ecológica baseada na memória (Bragança, 2021).

Considerando as questões habitacionais e ambientais acima descritas, a proposta do grupo Natureza Política é trabalhá-las conjuntamente a partir do projeto do Parque das Ocupações, tendo como horizonte o direito à cidade incluyente. O grupo tem como premissa básica a hibridação das pautas ambientais e habitacionais com o objetivo de que elas se reforcem mutuamente. Busca-se incentivar o convívio mais direto dos moradores com a água, as nascentes e ampliar o entendimento da Sub-bacia do Córrego Jatobá, incorporando esses elementos no cotidiano das cidades. Vivenciar essa relação faz com que as leis se tornem menos abstratas e também é um importante instrumento de luta e reivindicação para essa população.

No que diz respeito à relação entre natureza e cultura, no ocidente, o processo de sedimentação da ideia de uma natureza objetiva e exterior ao humano, e a ideia de humano não-natural e fora da natureza, ocorreu e se aprofundou principalmente com a industrialização. Hissa (2008) observa que a “humanidade do humano é, também, a trágica consciência da invenção moderna da exterioridade da natureza e da exclusão social” (Hissa 2008: 261). Ao se afastar humanos e não-humanos em pólos opostos reforça-se a exclusão, na produção do espaço urbano, tanto dos moradores que pleiteiam do seu direito à moradia, quanto das pautas ambientais. Tal situação, enfraquece resistências, pois promove disputas no campo dos aliados por uma cidade mais justa para todos. Portanto é relevante para o grupo juntar esses aliados potenciais.

Em outra direção, o trabalho desenvolvido no Parque das Ocupações, descrito com mais detalhes no próximo tópico, busca contribuir para evitar a impermeabilização extensiva do solo e a alteração da paisagem e dos fluxos naturais da água, da flora, e da fauna e busca afirmar o direito à moradia para todos. As pesquisas desenvolvidas cartografam no território as soluções ecologicamente mais sustentáveis já em curso, e conforme promovidas pelos moradores. O grande desafio é lidar com as disparidades sociais, a perda da cultura e das identidades locais. Além disso, a informalidade presente nesses assentamentos traz algumas situações emergenciais onde esse pacto inicial entre as pautas ambientais e pela moradia é enfraquecido.

Primeiramente, é preciso situar o advento das ocupações urbanas planejadas⁸ em Belo Horizonte (BH). No fim da década de 1980, houve uma série de mobilizações sociais direcionadas à Reforma Urbana no país e que, no caso de Belo Horizonte, resultaram em experiências associativas e na criação de uma política municipal de urbanização progressista, que incluía desde a regularização de favelas pela prefeitura, até a reivindicação da provisão habitacional tornar dever do Estado. Durante a gestão de um prefeito de esquerda (1993-1996), filiado ao Partido dos Trabalhadores - PT, foram incrementadas no município as primeiras políticas urbanas e habitacionais. Houve a criação do Orçamento Participativo da Habitação, da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte - URBEL (órgão executor da política habita-

⁸ Desde 2010, no Brasil, a ocupação de terrenos ociosos ou de prédios abandonadas nos centros urbanos, organizada por movimentos sociais de luta pela moradia, é um fenômeno forte, e configura uma resistência a uma organização fundiária excludente e a políticas institucionais que não deram conta de romper com esse sistema de poder (Lopes, 2015).

cional municipal, Lei 6.508/94), do Fundo Municipal de Habitação - FMH (Lei 6.325/93) e do Conselho Municipal de Habitação - CMH (órgão deliberativo com cadeiras reservadas para o movimento popular, Lei 6.325/93) (Paolinelli & Canettieri, 2019). Entretanto, apesar dos avanços obtidos, a produção habitacional da Frente BH Popular foi tímida e a participação efetiva dos movimentos populares ficou restrita aos militantes mais próximos à Frente. Houve, então, um movimento de “dissidência” do processo em curso e, no ano de 1996, a primeira ocupação urbana organizada, a Corumbiara, foi criada, e junto com ela nasceu o MLB, - Movimento dos Bairros Vilas e Favelas -, um movimento importante até os dias de hoje, sobre o qual retomaremos mais adiante.

Sobre o que se entende por ocupações organizadas, vale dizer que elas acontecem a partir da identificação de edifícios abandonados, glebas e/ou lotes com problemas jurídicos, em uma intenção clara de expor uma mazela existente no seio do sistema fundiário urbano, tendo em vista estar na Constituição a primazia do direito à moradia em relação ao direito à propriedade. A presença de técnicos e acadêmicos pode acontecer até mesmo antes das ocupações se efetivarem, na escolha da área a ser ocupada e nos estudos prévios dos arruamentos e divisão em lotes. Entretanto, mesmo nas ocupações “espontâneas”, os movimentos sociais organizados e os técnicos podem ser convidados pelos seus moradores para se juntar à luta, fortalecendo e contribuindo pela legitimidade da ocupação em questão (Lopes, 2015).

146

Desde a Corumbiara em 1996 até o novo ciclo de ocupações, se passaram mais de vinte anos, período em que houve um esvaziamento crescente das políticas participativas, com a implantação decidida de um ideário neoliberal na gestão urbana. Em 2006, aconteceram ocupações de edifícios abandonados na área central da cidade, mas os despejos rápidos e violentos realizados pelo poder público induziram a mudança de estratégia e a opção por ocupações de terrenos em áreas periféricas da cidade. Assim, em 2008, foi feita a primeira ocupação horizontal organizada, a Camilo Torres, no Vale do Jatobá, um distrito industrial criado nos anos 1980 no Barreiro, cujos terrenos doados pelo poder público à iniciativa privada estavam destinados à construção de indústrias e geração de empregos. Entretanto, estes terrenos sofreram um longo processo de grilagem e muitos permaneceram vazios, o que permitiu o surgimento de outras ocupações, dentre elas as ocupações Eliana Silva em 2013 e Paulo Freire em 2015, cujo processo de consolidação será assunto deste artigo.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Para o desenvolvimento do projeto Parque das Ocupações, a equipe do Programa Natureza Política adotou os pressupostos da pesquisa-intervenção, assumindo, assim, a investigação como produtora de acontecimentos abertos à imprevisibilidade da ação. Para tal, foram realizadas cartografias coletivas entrevistas de caráter etnográfico e apoiadas pela observação

participante, maquetes, jogos, levantamento fotográfico, cafés coletivos, grupos de trabalho, projetos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos, cadernos técnicos, participação em fóruns e comitês de política urbana.

Importante apontar que o encontro entre pesquisador e pesquisado, necessariamente provoca desestabilizações, desencadeando a produção de novos conhecimentos e novas subjetivações. Nessa abordagem, o movimento alternado do observador-pesquisador, ora em direção ao processo que pretende analisar, ora se afastando dele, desestabiliza a separação entre sujeito e objeto, tornando sujeitos políticos tudo e todos os envolvidos nos processos, com vozes e saberes a serem compartilhados e, por isso, passíveis de transformação (Lopes et al., 2021a).

Inspirados no Método Cartográfico Indisciplinar⁹, a investigação sobre o Vale das Ocupações¹⁰, no Barreiro, partiu das perguntas simples (O que? Por que? Com quem? Com o quê? Quando? Onde?). A rede de conexões foi sendo visualizada e analisada junto aos moradores, permitindo a construção de um território não apenas físico, mas vivido e transformado o tempo todo. Em 2016, foi iniciado o mapeamento da relação dos moradores das Ocupações Paulo Freire e Eliana Silva com os não-humanos, a partir do qual foi possível perceber que, apesar da subtração da vegetação nas fronteiras entre o território das moradias autoconstruídas e a área de preservação ambiental, a vegetação e a fauna retornavam às ocupações, por motivos diversos, sob a forma de jardins, hortas e pomares.

147

O Programa Natureza Política teve como desafio, para o projeto do Parque, a construção de diretrizes metodológicas que dessem conta de mapear e dar visibilidade às práticas cotidianas em curso nos territórios autoconstruídos, muitas vezes invisíveis aos olhos da academia, da ciência e também do planejador urbano. Vale lembrar que o planejamento urbano costuma partir de um diagnóstico com a identificação dos problemas e das demandas no território, os quais são, via de regra, vinculados a critérios e a referências pré-definidas. Entretanto, as realidades não são dadas exclusivamente pelas estatísticas e mapas oficiais, e que a priorização de determinados dados em detrimento de outros está, quase sempre, associada a valores e interesses que as antecedem. Assim, o processo de intervenção urbanística e arquitetônica foi iniciado a partir da problematização das questões mais prementes e da evidência das soluções já em curso na ocupação. A partir desse mapeamento ampliado, dos acordos entre os envolvidos já presentes no território, da equipe técnica e moradores, as diretrizes e as estratégias necessárias para as intervenções pretendidas puderam ser construídas na junção do saber acadêmico e do saber construído no decorrer da vivência no território.

Vale observar que, na prática, os interesses não são coletivos todo o tempo e as identidades são várias e difusas. Afinal, nenhum grupo de vizinhança é, *a priori*, uma comunidade, esse

⁹ Método de investigação construído por pesquisadores do Grupo de Pesquisa Indisciplinar/EA UFMG (Lopes, Rena & Sá, 2019).

¹⁰ Território ocupado pelos movimentos sociais de luta pela moradia no Distrito Industrial do Jatobá, Belo Horizonte - MG (Brasil), cujo estudo de caso será detalhado no próximo tópico.

é um processo em constante movimento e transformação (Barthes, 2003). No caso das ocupações, o sentimento de comunidade é, muitas vezes, acionado a partir da construção coletiva de algum equipamento urbano, que pode funcionar como convocação para um grupo de pessoas se unirem em torno de um objetivo comum, em busca de um sentimento de grupalidade e/ou de pertencimento, mesmo que transitório e em transformação. Entretanto, essa grupalidade é continuamente confrontada com o sentimento real de incerteza da posse da terra e de uma possível e iminente expulsão do território ocupado (Lopes et al., 2020).

Apesar da importância do uso político do termo “comunidade”, é relevante que se tenha um entendimento da dinâmica real dos grupos sociais, a partir de processos de associações provisórios, seguidos por rupturas e novas composições, em um processo contínuo e não-linear. No caso dos grupos socialmente mais vulneráveis, as marcas deixadas pelas questões de classe são fundamentais para se entender as relações existentes nos territórios pobres, mas elas não esgotam o seu entendimento. Há diferenças de gênero, raça, religião, sexualidade, idade, entre outras que devem ser mapeadas e consideradas. O mapeamento das redes construídas no intuito de se resolver questões cotidianas r-existentes¹¹ vem justamente no sentido de considerar central as pré-existências no território, tomando o mapeamento como um instrumento político fundamental. Por fim, para que os mapeamentos não funcionem como projetos pedagógicos pré-determinados, seja via da ciência ou da consciência sociopolítica, é imperativo se pensar em outros modos de “fazer junto”, e para tal vale lembrar do conceito sobre “viver junto”, associado a uma “aporia de uma partilha da distância”, e que não se estabelece na homogeneidade, mas “permite várias modalidades de encontro, que se desregula e se engendra na fluidez aleatória dos tempos e dos episódios” (Barthes, 2003: 13, como citado em Lopes, 2015).

Afinados com essa percepção, o grupo do Programa Natureza Política acredita que nas atividades de campo não cabe pressupostos baseados na “conscientização”, “capacitação” ou mesmo “qualificação” de uns pelos outros. O grau de implicação de todos na ação deve ser determinante para provocar, nesse encontro de saberes e desejos, os agenciamentos e as conexões que produzem as redes (Lopes, 2015). Tal mudança de perspectiva altera bastante a relação entre o pesquisador e o pesquisado, na medida em que o “objeto” de pesquisa é percebido como “sujeito”, com voz e saber a ser compartilhado.

3. AS OCUPAÇÕES URBANAS DO BARREIRO E A ÁGUA

O Projeto Parque das Ocupações, coordenado pelo Programa de Extensão Natureza Política, é desenvolvido junto às ocupações Eliana Silva e Paulo Freire coordenadas pelo Movimento de Luta dos Bairros, Vilas e Favelas - MLB. Nesse território estão ainda outras ocupações

¹¹ Os termos r-existente e r-existências foram desenvolvidos por Mignolo (2017). Para o grupo os termos são mais ricos do que a expressão resistência para dar conta do que está em curso no território. Afinal, resistência é uma expressão que sugere que se reage a uma ação de outrem. Com o neologismo proposto tentamos dar conta de que embora haja reação e resistência, essas não se dão a partir do nada, mas sim a partir de um patrimônio sociocultural pré-existente que, diante da experiência, age.

urbanas: Camilo Torres, Irmã Dorothy, Horta, Nelson Mandela, além de algumas indústrias, disputando espaço com a Área de Proteção Ambiental legal do córrego (Figura 2).

O projeto do Parque é desenvolvido no Distrito Industrial do Jatobá que foi criado pelo poder municipal de Belo Horizonte, na Regional Barreiro situado na regional Oeste de Belo Horizonte, à montante da bacia do Ribeirão Arrudas. Em 2008, os movimentos sociais de luta pela moradia ocuparam alguns desses terrenos, configurando o Vale das Ocupações. O Vale possui vegetação nativa remanescente do cerrado e mata ciliar ainda razoavelmente preservadas, com presença de fauna nativa. Os cursos d'água estão em leito natural e o terreno conta ainda com duas nascentes. Esses afluentes se localizam próximos à nascente principal do Ribeirão Arrudas, numa região ainda bastante permeável de bacia hidrográfica muito importante para a manutenção hídrica e, por isso, definida por lei como área de proteção ambiental. Tal área é definida no Plano Diretor de Belo Horizonte como ZPAM - regiões destinadas à preservação e à recuperação de ecossistemas. O Ribeirão Arrudas sofre com constantes inundações justamente na foz do Córrego Jatobá. Por se tratar de um rio de planalto, a água corre com bastante velocidade para o fundo de vale, nomeadamente na vertente sul e cuja topografia é a mais elevada da cidade, onde está o território do Parque. Pelo que, preservar essa área mais vegetada e permeável possível tem impactos em toda a bacia do Ribeirão Arrudas no que diz respeito aos ciclos hidrológicos e, portanto, na qualidade de vida urbana.

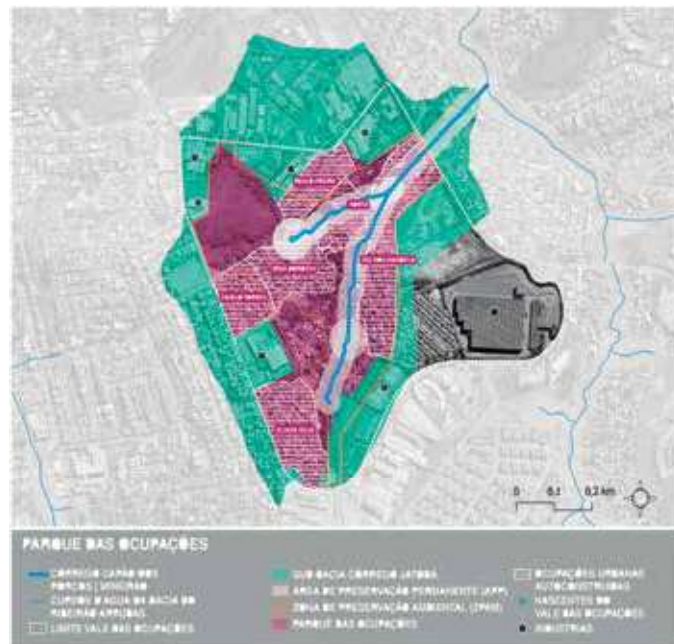


Figura 2: Gleba do Parque das Ocupações. Fonte: Elaborado pelo Programa de Extensão Natureza Política/UFMG a partir de bases do Programa de Geoprocessamento Corporativo - PRODABEL BHMMap, 2021.

A relação entre as casas das ocupações e a área com vegetação nativa e cursos d'água presentes no território passou por momentos alternados de disputa e convivência amistosa. Em agosto de 2013, houve um episódio emblemático dessa disputa, quando um morador da ocupação resolveu construir sua casa na referida área de proteção ambiental. Tal fato resultou em uma intimação judicial ao coordenador da ocupação Eliana Silva. A partir desse episódio, o risco de despejo exigiu o reconhecimento dessa área como sendo de importância ambiental. Foi nesse momento que o PRAXIS¹², um outro grupo de pesquisa da Escola de Arquitetura/UFGM, se inseriu no terreno para a construção de um sistema de esgotamento sanitário capaz de evitar a contaminação do lençol freático. Desde então, as áreas de fronteira entre a ocupação e a área de preservação são cuidadas e controladas pelos próprios moradores, com a construção de equipamentos coletivos - tais como pomar, campo de futebol, parque infantil e horta comunitária, em um esforço constante para se evitar construções novas ali.

Em maio de 2015, o Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas - MLB ocupou um outro terreno na mesma gleba e criou a Ocupação Paulo Freire. Em visita de pesquisadores do Programa Natureza Política à essa ocupação, a questão ambiental voltou a ser debatida e o nome "Parque das Ocupações" foi, pela primeira vez anunciado como possibilidade de criar um termo onde a pauta ambiental ser hibridizada, de fato, à luta por moradia, iniciando, assim, um longo processo de construção de um imaginário em torno da ideia do Parque. Importante dizer que, para os pesquisadores, o território do Parque é entendido como sendo toda a área de preservação ambiental, nele indistintamente incluindo todas as moradias. A nomeação "Parque das Ocupações" teve, dessa forma, uma intenção política direta: associar a luta por moradia à questão ambiental (Lopes et al., 2021b). O grupo de pesquisa, que naquele momento articulava uma rede entre os movimentos ambientais da cidade de BH e do Brasil, a Rede Verde, convidou a coordenação da ocupação para participar das reuniões e discussões ambientais dessa Rede. Vale ressaltar que, nas outras ocupações urbanas presentes nessa mesma gleba, que possuem coordenações com pouca representatividade junto aos moradores, a relação com a área de preservação é mais conflituosa.

Em 2016, para que as ocupações Eliana Silva, Camilo Torres e Irmã Dorothy pudessem ter acesso ao saneamento básico e água, foi instaurado um processo jurídico do Ministério Público contra a Prefeitura e a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA (Brasil). Embora tenham obtido a vitória na justiça, a implantação não se efetivou imediatamente. Os moradores das Ocupações do Barreiro fizeram protestos e sequestraram o caminhão pipa da COPASA, que fazia o abastecimento de água e disseram que só o liberariam quando a empresa desse uma resposta com relação à essa implementação. O sequestro do caminhão teve como resultado a visita do diretor do órgão que, ao reconhecer a causa como justa, iniciou a instalação das redes nas ocupações Eliana Silva, Camilo Torres e Irmã Dorothy. As outras ocupações da área, Nelson Mandela e Paulo Freire, ainda possuem uma situação incipiente no que diz respeito ao saneamento. As ocupações Hortas 1 e 2 ficaram fora desse processo por não serem reconhecidas por parte da Prefeitura de Belo Horizonte. O início do relacionamento com a

¹² Para mais informações sobre o Grupo de Pesquisa PRAXIS, acessar: <https://praxis.arq.ufmg.br>

COPASA teve repercussões interessantes, como a designação de um funcionário para coordenar o relacionamento da população com a implantação da infraestrutura de água e esgoto. Esse técnico, o Cristiano Abdanur, desempenha um papel ativo no Parque.

Ressalta-se que o projeto do Parque está sendo desenvolvido, desde o seu início, articulando ensino, pesquisa e extensão universitária. No primeiro semestre de 2016, o tema do Parque das Ocupações foi levado para a graduação através de uma disciplina de projetos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, sob orientação da professora Marcela Brandão (coordenadora do Programa Natureza Política). Com o término da disciplina, os projetos desenvolvidos foram sistematizados e desenvolvidos pelo grupo de professores e alunos integrantes do Natureza Política, resultando em um caderno, entregue no início de 2017, à coordenação das ocupações. A partir daí esse caderno passou a ser usado como instrumento de negociação junto ao poder público do município. Desde então, o nome “Parque das Ocupações” passou a ser usado para identificar o projeto paisagístico e urbanístico.

Como resultado da articulação entre academia, movimento social e poder público, em fevereiro de 2017, o projeto do Parque foi inserido na pauta do Subcomitê da bacia hidrográfica do Ribeirão Arrudas - SCBH Arrudas, graças à participação da professora Luciana Bragança (coordenadora do Natureza Política) e de Cristiano Abdanur (técnico da COPASA) como representantes nesse subcomitê. Desse modo, o projeto do Parque pôde participar de dois editais abertos ali, sendo um para a preservação de uma das nascentes contidas no território, e o outro para a arborização das ruas das ocupações.

151

A proposta do Parque das Ocupações participou de concurso realizado pela VI Bienal de Sustentabilidade José Lutzenberger em 2017 (Figura 3), o que permitiu levá-lo para outro campo de disputa, aquele referente às narrativas e metodologias que buscam potencializar experiências já presentes nos territórios. Esse concurso foi uma oportunidade para que um grupo de discentes, sob coordenação das professoras Luciana Bragança e Marcela Brandão, ampliassem a discussão acerca do Parque das Ocupações. O projeto desenvolvido propõe, por exemplo, uma rearticulação da vegetação, que apesar de retirada em alguns espaços, retorna por meio do plantio de hortas, pomares e flores em quase todos os jardins, o que garante tanto a sua composição quanto uma drenagem mais naturalizada, resguardando o curso d'água a partir da urbanização.

O projeto do Parque das Ocupações busca integrar a área de preservação ambiental com a vegetação cultivada pelos moradores da região visando a construção de uma trama verde baseada na articulação entre a vegetação “natural”, e a das práticas cotidianas cartografadas (Figura 4). A proposta de arborização foi abertamente política¹³ e tem três estratégias. A primeira se refere às árvores nativas para as áreas de fronteira com a Área de Preservação Permanente - APP, com o objetivo de recompor a vegetação nativa suprimida.

¹³ Considera-se o ato de arborizar como um ato político. No caso específico, além da arborização do Parque, buscou-se usar das leis ambientais a favor da moradia autoconstruída e dos afetos entre moradores e a vegetação como mais um instrumento dessa política.

Como segunda estratégia, foram inseridas também as chamadas “árvores de lei”, tendo em vista que seu corte é regulado por legislações ambientais que dificultam sua supressão ao mesmo tempo que garantem a proposta. Por último, foram propostas as “árvores dos afetos”, que são árvores que buscam estabelecer uma relação afetiva com os moradores, a partir dos cheiros e sabores que já estão presentes em seus respectivos cotidianos ou em histórias previamente mapeadas (Lopes et al., 2021b).



152

Figura 3: Visão Geral do projeto paisagístico e urbanístico do Parque das Ocupações desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar.

Fonte: Elaborado pela equipe do concurso, 2017.

A partir dessa concepção, têm-se três planos distintos de paisagismo que buscam proteger as nascentes e ribeirões do Parque, atrair e atender a fauna nativa e suprir as necessidades, os desejos e a memória afetiva dos moradores. Desse modo, se aposta na permissão do uso das águas para banho e lazer dos moradores, uma estratégia importante para o fortalecimento do cuidado do bem-comum natural, incentivado, principalmente, nos locais de encontros dos cursos d'água, aproveitando do seu potencial de formação de pequenas piscinas naturais. Essa prática já acontece clandestinamente, pelas crianças da ocupação, principalmente, em dias de calor.

Para a pavimentação, o projeto optou por uma permeável que contribua para a infiltração das águas de chuvas e, conseqüentemente, para o abastecimento do lençol freático da região. Nesse contexto, a pavimentação convencional com asfalto é inadequada, uma vez que esse material permite e atrai a velocidade dos carros e, conseqüentemente, expulsaria a rica e dinâmica vida das ruas das ocupações. Além disso, o asfalto impermeabiliza o solo, retém maior carga térmica e aumenta a velocidade de percolação superficial da água contribuindo para as enchentes na bacia do Ribeirão Arrudas.

Quanto à sinalização das ruas e espaços coletivos, vale destacar que na disciplina “Comunicação Visual do Edifício e da Cidade”, ministrada pela professora Luciana Bragança no segundo semestre de 2017, foi desenvolvida a numeração das casas da ocupação Paulo Freire, conjuntamente com uma sinalização de indicação do Parque, que ajuda a consolidar o imaginário urbano em torno dessa ideia. Todo o design gráfico desenvolvido afirmava as narrativas da natureza que foram criadas a partir dos elementos água, cultivo, vegetação, fauna e luta pela moradia. A sinalização foi inserida no território em 2018, contribuindo para inserção dessa população na cidade através de um endereço sinalizado.

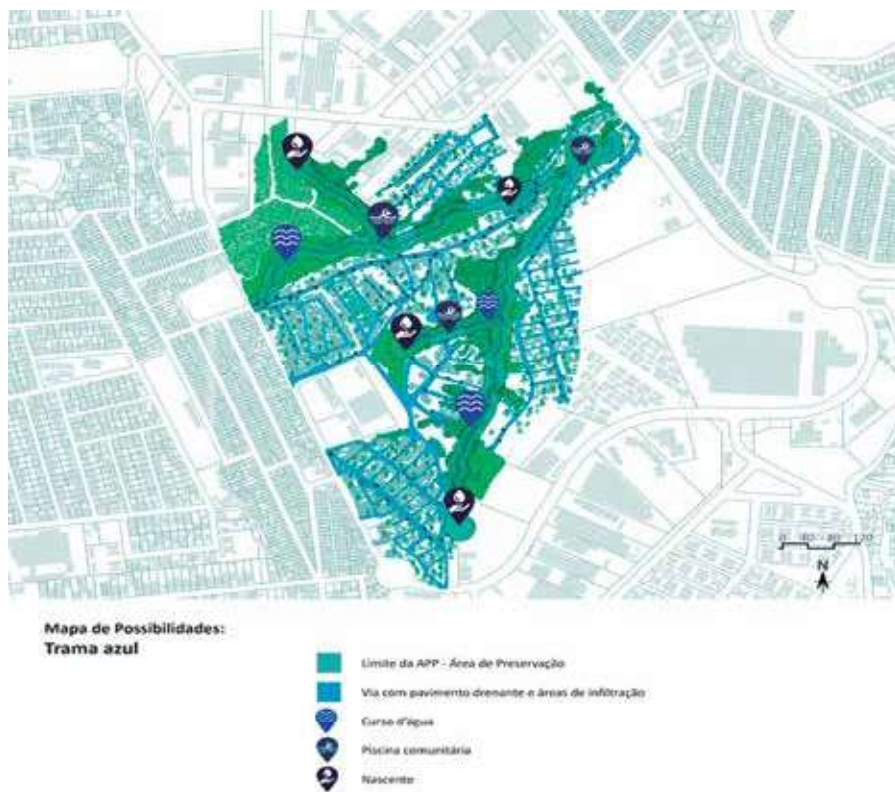


Figura 4: Mapa de possibilidades - Trama Azul. Fonte: Adaptado de material produzido pela equipe do concurso, 2021.

Em novembro de 2018, como desdobramento da ação no subcomitê, foi feita uma doação de oitenta mudas pela COPASA e pela Organização não Governamental (ONG) Boi Rosado, o que permitiu o início da arborização das ruas na Ocupação Paulo Freire e marcou a territorialização do projeto do Parque. As mudas foram escolhidas seguindo o projeto de arborização proposto no projeto desenvolvido para o Concurso, somados a alguns critérios: proporcionar a infiltração da água, serem nativas e de pequeno porte (já que as ruas são

estreitas). Foram ainda introduzidas árvores frutíferas, ipês e um Pau-Brasil, plantado no campinho de futebol para marcar simbolicamente a aliança proposta entre os moradores e a arborização. Essa ação contou com a colaboração do Departamento Socioambiental da VINA¹⁴, uma empresa vizinha da Ocupação e parceira do projeto. Para a preparação do plantio, foi realizada uma dinâmica participativa com os moradores das ocupações, para fomentar a discussão e construir acordos a respeito dos conflitos potenciais do plantio e o cuidado das mudas. Para tal, foram construídos um jogo e uma maquete do território (Figura 5). De estratos variados, as espécies arbóreas foram inseridas em lados opostos à iluminação pública e em ruas paralelas às curvas de nível para garantir a infiltração e diminuição na velocidade da água (Figura 6).

154



Figura 5: Análise do plantio a partir da maquete da Ocupação Paulo Freire.

Fonte: Arquivo do Programa de Extensão Natureza Política/UFMG, 2018.

¹⁴ Para mais informações sobre o Departamento Socioambiental da VINA, acessar: <https://vinaec.com.br/socio-ambiental/>



Figura 6: Plantio na Ocupação Paulo Freire. Fonte: Arquivo do Programa de Extensão Natureza Política/UFMG, 2018.

Com objetivo de alinhar as parcerias e fazer uma revisão do processo da construção do Parque das Ocupações, em julho de 2019, houve uma reunião com os atores sociais envolvidos no projeto. Nessa reunião foram criados quatro grupos de trabalho (GT) para incrementar as atividades de campo: GT mobilização, GT urbanização (drenagem e pavimentação), GT arborização, GT reciclagem de resíduos. Como primeira atividade do GT arborização, no início de setembro do mesmo ano, foi realizada uma visita dos integrantes do GT à área de preservação e às nascentes (Figura 7). No mês seguinte, fez-se a coleta de amostras da água para análise laboratorial, cujo resultado acusou a presença de coliformes fecais, ou seja, inapropriado para consumo ou banho. Pela localização da nascente e orientação do técnico da COPASA, concluiu-se que a contaminação era consequente, não apenas do esgoto da Ocupação Eliana Silva, mas também da ausência de rede de saneamento ampla instalada no bairro vizinho, localizado a montante do Vale das Ocupações.

Na sequência, os GTs mobilização e arborização organizaram uma outra trilha pela área de preservação, que contou com a participação de moradores, integrantes do MLB, funcionários da VINA e a equipe do Natureza Política. Na região das nascentes visitadas foi feito o plantio de duas mudas de ipê, sendo a ação acompanhada por um piquenique, abrindo simbolicamente o início da primavera no Parque e marcando o entendimento dos ciclos da natureza.



*Figura 7: Visita e coleta de amostras da água das nascentes.
Fonte: Arquivo VINA - Departamento Socioambiental, 2019.*

A pandemia do novo coronavírus desacelerou o processo em curso de construção do Parque, mas não o interrompeu por completo. O grupo da extensão, por exemplo, organizou o “Webinário Natureza Política: Rupturas, aproximações e figurações possíveis”, no intuito de complexificar as discussões sobre o tema. Associado ao Webinário, foi oferecida uma disciplina¹⁵ de mesmo nome, tendo por desafio a ampliação dos imaginários sobre as possibilidades de urbanização do território, a partir do uso de linguagens abstratas e poéticas sobre a água, as plantas e os animais (Figura 8).

156



Figura 8: Imaginários: águas do Jatobá. Trabalho audiovisual “Era uma vez” produzido por alunos da Universidade Federal de Minas Gerais. Fonte: Adaptado de Ebook Natureza Política: rupturas, reparações e figurações possíveis, 2021.

¹⁵ Ministrada pelas professoras Marcela Brandão (Escola de Arquitetura - UFMG, Brasil) e Patrícia Azevedo (Escola de Belas Artes - UFMG, Brasil), a disciplina se inseriu no contexto das atividades do Programa Natureza Política e da Pesquisa “Corpo Coletivo, projeto em Arte, Educação e Novas Mídia”. Seu objetivo foi levar para a sala de aula a discussão sobre a aproximação entre as diversas naturezas, a partir de discussões teóricas e do desenvolvimento de projetos audiovisuais. Em função da pandemia do novo Coronavírus, a disciplina foi realizada em formato remoto, por meio de aulas síncronas, atividades assíncronas e de encontros previamente agendados.

4. DISCUSSÃO, CONCLUSÃO - ENCONTROS, DESENCONTROS E DESAFIOS

Ao longo de todo o processo de construção do projeto Parque das Ocupações, a interlocução entre a equipe do Programa Natureza Política e a coordenação do MLB foi constante e ininterrupta. Esta interlocução foi desenvolvida tanto de maneira direta com os moradores da Paulo Freire e Eliana Silva, como já relatado, quanto junto ao poder público e a academia. Entretanto, esse processo não é linear. Foi possível identificar, por exemplo, que as soluções inventadas no cotidiano, percebidas por nós como pistas importantes de outro modo de se produzir espaços e materialidades e de se relacionar com as naturezas, via de regra, são substituídas pelos moradores das ocupações por soluções convencionais. Tão logo se ganha um dinheiro extra e, por exemplo, um carro é comprado, o jardim desaparece. O mesmo acontece em relação às soluções urbanas de interesse coletivo, identificável na demanda insistente por asfalto para a pavimentação das ruas. Isso faz ressaltar a importância da construção, ampliação e reconhecimento de imaginários não convencionais e da dificuldade dessa empreitada.

A relevância do território do Parque das Ocupações para a prevenção de inundações na foz do córrego Jatobá precisa, em paralelo, de reconhecimento por meio de investimentos públicos no que diz respeito à infraestrutura e quanto à possibilidade de acessar recursos via editais públicos de provimento. A dificuldade do Subcomitê de Bacias Hidrográficas do Arrudas em aceitar o projeto do Parque em seus editais públicos de provimento de recursos, principalmente pelos técnicos da agência Peixe Vivo que os coordena, é uma barreira que precisa ser vencida. A prática dessa população não se adequa às normas formais desses editais, o que acaba por levá-los a desconsiderar suas próprias soluções, ampliando um problema que se quer enfrentar. Longe desse acesso às políticas públicas urbanas, os moradores consideram a água das chuvas apenas como problema, pois causa desabamentos e perdas e o córrego vira o inimigo.

Com a pandemia do novo coronavírus, as idas ao território por parte da equipe de estudo e projeto foram afetadas, tendo sido acionado pelo Natureza Política outras estratégias para a construção do projeto do Parque, como a construção de uma maquete do Vale, o desenvolvimento do site e a criação do Instagram do programa¹⁶, organização de um Webinário¹⁷ e de um e-book¹⁸. Como as ocupações Paulo Freire e Eliana Silva são coordenadas por um movimento de luta muito organizado, as atividades no território não cessaram, haja visto algumas ações como a limpeza de áreas onde havia entulhos e o plantio nas áreas públicas. Atualmente, militantes do movimento integrantes do GT arborização estão empreendendo

¹⁶ Para acessar o perfil do Programa Natureza Política no Instagram: <<https://www.instagram.com/naturezapolitica/>>

¹⁷ As mesas temáticas do I Webinário Internacional “Natureza Política: Rupturas, aproximações e figurações possíveis” estão disponíveis no canal do YouTube do grupo de pesquisa Indisciplinar/EA UFMG. Disponível em: <<http://naturezapolitica.indisciplinar.com/webinario-natureza-politica/>> ou <<https://www.youtube.com/playlist?list=PLIGP GbMPnSwcVX09KvVYTPug-POLM7dQG>>

¹⁸ E-book disponível em: <<http://naturezapolitica.indisciplinar.com/bibliograficas/>>

esforços para a construção das hortas comunitárias nas ocupações Paulo Freire e Eliana Silva, em uma tentativa de se criar ali uma rede de produção e de distribuição de alimentos aos moradores que, entretanto, experienciam os efeitos de uma forte crise econômica que assolou o país. Vale ressaltar que a moradora que encabeça essa ação frequentou um curso online de Agricultor Orgânico e Cultivo Agroflorestal viabilizado pela professora Luciana Bragança.

Para a volta da equipe do Natureza Política ao território, prevê-se que a programação inclua dinâmicas com o uso da maquete e de jogos, fomentando a discussão sobre a relação entre moradia e natureza, no intuito de se elencar com os moradores as diretrizes urbanísticas e paisagísticas para o território. E assim um parque vai sendo construído, em rede, com novas conexões e algumas rupturas no meio do caminho, por meio de ações materiais e de uma imaginação radical.

Notas/Agradecimentos - A pesquisa “Jardins Possíveis” foi financiada pela Pró-reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG: projeto 23853 - UFMG/REITORIA/PRPQ/PESQUISA E EXTENSÃO, subprojeto 407, sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a Luciana Souza Bragança, e busca entender a relação multiespécies na cidade a partir dos jardins. <https://jardinspossiveis.wordpress.com>. A pesquisa “Resíduos Sólidos nas ocupações autoconstruídas: sustentabilidade sociocultural associada às políticas públicas” é financiada pelo CNPq, sob a coordenação da Prof.^a Dra. Marcela Silvano Brandão, por meio do edital 2016/1.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barthes, R. (2003). *Como viver juntos: simulações romanescas de alguns espaços cotidianos*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bragança, L. S. (2021). *Jardins possíveis*. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG, Brasil. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/38712>. Acessado em 28/01/2022.
- Castoriadis, C. (1982). *A instituição imaginária da Sociedade*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Costa, H. S. M. (2008). Meio Ambiente e Desenvolvimento: um convite à leitura. In: C. E. V. Hissa, *Saberes Ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar* (2ª ed.: 79-108). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Herzog, C. P. (2013). *Cidade para todos: reaprendendo a conviver com a natureza*. Rio de Janeiro: Mauad, Inverde.
- Hissa, C. E. V. (2008). Cidade e Ambiente: dicotomias e transversalidades. In: C. E. V. Hissa, *Saberes Ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar* (2ª ed., 259-282). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Latour, B. (1994). *Jamais Fomos Modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Latour, B. (2020). *Diante de Gaia: oito conceitos sobre a natureza no antropoceno*. São Paulo: Ubú.

Lopes, M. S. B. (2015) Artesanias Construtivas e Urbanas: por uma tessitura de saberes. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG, Brasil. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-9WRGLR>. Acessado em 28/01/2022.

Lopes, M. S. B.; Rena, N. S. A. & Sá, A. I. (2019). Método Cartográfico Indisciplinar: da topologia à topografia do rizoma. *V!RUS*, (19). Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus19>. Acessado em 28/01/2022.

Lopes, M.S.B., Bragança, L.S., Coelho, M.S. & Guinho, L.A. (2020). Quem ocupa constrói contracondutas. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo PUC-MG*, 26 (39), 141-182. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.2316-1752.2019v26n39p141>

Lopes, M. S. B., Bragança, L. S., Grossi, G. B., Pereira, A. F. & Assis, L. O. (2021a). Assessoria técnica junto aos Territórios Populares: Tecnologia social biopotente e a cartografia coletiva como possibilidade. In: M. S. B. Lopes & L.S. Bragança, *Natureza Política: Rupturas, Aproximações e Figurações Possíveis* (1ª ed., 133-161). Disponível em: <http://naturezapolitica.indisciplinar.com/bibliograficas/>. Acessado em 28/01/2022.

Lopes, M. S. B., Bragança, L. S., Grossi, G. B., Pereira, A. F. & Assis, L. O. (2021b). Do Vale ao Parque das Ocupações: agenciamentos em curso. In: M.S.B. Lopes & L.S. Bragança, *Natureza Política: Rupturas, Aproximações e Figurações Possíveis* (1ªed., 133-161). Disponível em: <http://naturezapolitica.indisciplinar.com/bibliograficas/>. Acessado em 28/01/2022. Mignolo, W. (2004). *Histórias locais, projetos globais*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Paolinelli, M. S. & Canettieri, T. (2019). Dez anos de ocupações organizadas em Belo Horizonte: radicalizando a luta pela moradia e articulando ativismos contra o urbanismo neoliberal. *Cadernos Metrópole*, 21 (46), 831-854. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2019-4607>. Acessado em 28/01/2022. Acessado em 28/01/2022.

Santos, M. (1993). *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec.